

UMA GOVERNO E UMA “TROIKA” SEM CREDIBILIDADE E SEM QUALQUER SENSIBILIDADE SOCIAL AO AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES, DA INJUSTIÇA E DA POBREZA

Uma das mensagens que este governo e a “troika” FMI-BCE-CE que o controla, assim como os seus defensores nos media, têm procurado fazer passar junto da opinião pública é a da credibilidade técnica, e que a situação em Portugal é diferente da Grécia. Em relação à insensibilidade social do duo governo-troika, são tais as malfeitorias que têm feito ou pretendem fazer em relação aos rendimentos de trabalho e de pensões que mesmo os seus defensores mais empedernidos nos media mantêm-se mudos.

No entanto, é suficiente uma análise comparativa dos documentos produzidos por este governo e pela “troika” FMI-BCE-CE para mostrar que, à semelhança do que acontece na Grécia, em Portugal também já mudam continuamente as medidas e as estimativas, e sempre para pior porque as anteriores já não são suficientes. As diferenças que se verificam nos diferentes documentos do duo governo/troika - “Memorando de entendimento”, Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015, Grandes Opções do Plano 2012-2015, e proposta de Orçamento de Estado para 2012 do governo/troika – produzidos num curto período de tempo são tão grandes que não merecem qualquer credibilidade.

Em Maio de 2011, a “troika” FMI-BCE-CE impôs a Sócrates e aos partidos PS-PSD-CDS, que também assinaram, o “Memorando de entendimento” em que previa que, em 2012, a consolidação orçamental exigiria uma redução da despesa pública estimada em 4.506 milhões €, e um aumento de receita, através da subida de impostos, em 1.535 milhões €. Em Agosto de 2011, portanto apenas 3 meses depois, o governo PSD/CDS divulgou o seu “Documento de Estratégia Orçamental para 2011-2015”, em que já afirmava que seria necessário reduzir a despesa pública, em 2012, em 5.097 (+ 591 milhões euros que o previsto no “Memorando”) e aumentar as receitas, através da subida de impostos, em 2.714 milhões euros (+1.179 milhões de euros que o previsto pela “troika”). Em 13 de Outubro de 2011, o governo entregou aos parceiros sociais, na concertação social, as “Grandes Opções do Plano para 2012-2015” em que afirmava que, em 2012, a redução da despesa pública teria de ser de 5.089 milhões € e o aumento de receita, através da subida de impostos, seria de 2.714 milhões €. Mas em 17 de Outubro de 2011, ou seja, 4 dias depois, o governo e a “troika” FMI-BCE-CE divulgaram a sua “Proposta de Orçamento de Estado para 2012”, onde todas estas entidades “dão o dito por não dito” pois apresentaram um documento que nada tem a ver com os documentos e previsões que elaboraram e divulgaram anteriormente. Agora é já necessário que, em 2012, a despesa pública seja reduzida em 7.460 milhões € (mais 2.954 milhões € de redução na despesa que a prevista no “Memorando”, e mais 2.363 milhões euros de redução de despesa que o previsto nos documentos do governo), e que a receita aumente, através da subida de impostos, em 2012, em 2.890 milhões € (+1.355 milhões € que o previsto no “Memorando”, e mais 176 milhões € do que o previsto no documento anterior do governo).

Perante estas mudanças frequentes de medidas num período de tempo tão curto (entre Maio e Outubro de 2011) e estas diferenças tão grandes de valores, as perguntas que imediatamente se colocam são as seguintes: Que credibilidade técnica merecem este governo e esta “troika” que mudam de medidas e de estimativas em períodos que chegam a atingir apenas 4 dias e em valores tão elevados? Que credibilidade técnica merecem este governo e esta “troika” que no “Memorando de entendimento” consta que a redução da despesa necessária para fazer a consolidação orçamental em 2012 é de 4.506 milhões €, mas que na proposta de Orçamento de Estado para 2012, elaborada pelo governo e pela “troika”, afirmam que, afinal, é já necessário reduzir a despesa pública, em 2012, em 7.460 milhões € (um desvio para mais de 40%, e em valor mais 2.954 milhões € a nível de redução de despesa, o que terá consequências dramáticas para o país e para os portugueses, pois causará mais recessão, mais sacrifícios e mais pobreza)? Que credibilidade técnica merecem o governo e a “troika” FMI-BCE-CE que no “Memorando de entendimento” se afirma que a subida de receita, através de aumento de impostos, necessária para a consolidação em 2012 seria de 1.535 milhões €, mas que na proposta de Orçamento de Estado para 2012, elaborada pelo governo e pela “troika”, já é de 2.890 milhões € (um desvio para mais +88,3%, e em valor mais 1.355 milhões €, o que terá consequência dramáticas para o país e para os portugueses, pois causará mais recessão, mais sacrifícios e mais pobreza)? E como depois de tudo isto não se seja obrigado a pensar que daqui a poucos meses, para não dizer dias, “troika” e governo não venham dizer que se enganaram novamente e que são necessárias mais medidas já que as adoptadas tiveram precisamente o efeito contrário daquilo que andaram a enganar os portugueses? E como também depois se poderá acreditar num ministro das Finanças quando vem anunciar que o crescimento económico terá lugar a partir de 2012, e que, com aquelas medidas que mudam todos os dias, irá “colocar Portugal numa trajectória de modernização e prosperidade”(pág. 6 da sua apresentação da proposta OE-2012), quando ele não consegue acertar num período de 3 meses ou mesmo de 3 dias?. Finalmente não se pode deixar de criticar a actuação daqueles media e de jornalistas, já para não falar dos comentadores oficiais do pensamento único neoliberal que dominam actualmente os principais media em Portugal que, sem dignidade e sem pensamento próprio, repetem que o importante é ser “bom aluno” e cumprir a solução FMI, silenciando as diferenças grandes existentes nos sucessivos documentos da troika/governo, que revelam falta de credibilidade técnica e o país a caminhar para uma situação igual à grega, colaborando assim, objectivamente, na operação de manipulação e de adormecimento da opinião pública.

O OE-2012 VAI AGRAVAR ENORMEMENTE AS INJUSTIÇAS SOCIAIS E FISCAIS EM PORTUGAL

A mudança frequente de medidas e de estimativas por parte da “troika” e do governo, semelhante ao que acontece na Grécia, não merecia qualquer atenção, se não tivesse consequências dramáticas para os portugueses. O quadro seguinte mostra, em mais pormenor, as diferenças em relação a 2012.

Quadro 1- O Memorando de entendimento, DEO-2011-2015, GOP´s 2012-2015 e OE-2012 - Efeitos

REDUÇÃO DE DESPESAS E AUMENTOS DE RECEITA E RESPECTIVAS RÚBRICAS	FMI-BCE-CE-PS-PD-CDS		GOVERNO PSD/CDS					
	Memorando de entendimento de Maio 2011		DOCUMENTO ESTRATÉGIA ORÇAMENTAL 2011-2015 de Agosto de 2011		GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2012-2015 de 13-Outubro 2011		ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2012 de 17 de Outubro 2011	
	2012	2012	2012	2012	2012	2012	2012	2012
	% PIB	Milhões euros	% PIB	Milhões euros	% PIB	Milhões euros	% PIB	Milhões euros
REDUÇÃO DA DESPESA	2,7%	4.506	3,0%	5.097	3,0%	5.089	4,4%	7.460
CORTES DESPESAS COM PESSOAL -Administração Pública	0,4%	740			0,4%	678	1,6%	2.694
Corte nos salários da Função Pública (corte 5%+ subsídios férias e Natal)							1,1%	1800
Congelamento salários na função pública	0,2%	340	0,2%	340	0,2%	339	0,2%	340
Redução numero trabalhadores da Administração Pública	0,2%	400			0,2%	339	0,3%	500
Corte e congelamento na A.Local e Regional e redução nº trabalhadores			0,2%	340				
CORTES NAS PRESTAÇÕES SOCIAIS PECUNIÁRIAS	0,6%	1.073	0,6%	1.018	0,6%	1.018	1,2%	2.066
Corte nas pensões (subsídio de férias e de Natal)							0,7%	1260,2
Corte nas pensões de valor superior a 1500€	0,3%	445	0,2%	340	0,2%	339		
Congelamento pensões	0,4%	628	0,4%	680	0,4%	678	0,4%	628
Redução prestações sociais -alargamento da condição de recursos	0,0%		0,1%	170	0,1%	170	0,1%	178
CORTES NAS PRESTAÇÕES SOCIAIS EM ESPÉCIE	0,4%	684	0,5%	849	0,5%	848	0,6%	1.000
Redução de despesas com o SNS (medicamentos, exames, análises, etc.)	0,4%	684	0,5%	849	0,5%	848	0,6%	1.000
CORTES NO CONSUMO INTERMÉDIO	0,4%	702	0,7	1.187	0,7%	1.187	0,4%	690
Medidas de racionalização dos serviços e controlo de despesa	0,3%	506	0,4%	678	0,4%	678	0,3%	466
Educação (despesas pessoal e consumos intermédios)	0,1%	196					0,1%	224
CORTES NO SUBSIDIOS	0,2%	312	0,1%	170	0,1%	170	0,1%	88
Redução custos S. Fundos Autónomos e empresas públicas	0,2%	312	0,1%	170	0,1%	170	0,1%	88
CORTES NAS DESPESAS DE CAPITAL (investimento)	0,5%	846	0,6%	1.018	0,6%	1.018	0,5%	923
Redução despesas de capital e das transferências para a Adm. Local	0,5%	846			0,2%	339	0,5%	923
Redução das despesas do PIDDAC (investimento)			0,6%	1.019	0,1%	170		
Consumo intermédios (racionalização serviços AP:0,4% e 0,3%;Educação;0,2% e 0,1%; SEE redução custos: 0,1%)			0,7%	1.189				
Outras medidas de redução da despesa (redução de indemnizações compensatórias e subsídios às empresas, extinção/fusão serviços Administração Pública reorganização Sector Empresarial E)			0,1%	170				
AUMENTO DA RECEITA	0,9%	1.535	1,6%	2.714	1,6%	2.714	1,7%	2.890
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO	0,6%	1.085	1,0%	1.696	1,0%	1.696	1,4%	2.359
Aumento do IVA (reestruturação das tabelas)	0,2%	410	0,7%	1.189	0,7%	1.187	1,2%	2044
Aumento dos impostos especiais (veículos, bebidas tabaco, etc)	0,1%	250	0,1%	170	0,1%	170	0,1%	180
Aumento do IMI e redução substancial das isenções	0,1%	250	0,1%	170	0,1%	170	0,0%	50
Combate à evasão fiscal	0,1%	175	0,1%	170	0,1%	170	0,1%	85
IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	0,3%	450	0,4%	678	0,4%	678	0,4%	683
Redução da despesa fiscal (Redução dos benefícios fiscais no IRS - despesas de saúde, educação, diminuição da dedução nas pensões o que aumentará o IRS dos reformados e aposentados - e nos benefícios de IRC, e convergência da dedução específica das pensões para a da categoria A)	0,2%	300	0,3%	510	0,3%	509	0,4%	756
Sobretaxa IRS (medida aplicada em 2011)			0,1%	170	0,1%	170	0,1%	185
Aumento IRS (convergência dedução pensões = TCO)	0,1%	150					0,1%	115
Sobretaxa de solidariedade IRS							0,0%	16
Alteração da taxa de mais valia	-	-					0,0%	3
Aumento de 3% lucros superiores a 1,5M€ e 5% aos superiores a 10M€	-	-					0,1%	187
Combate evasão e fraude fiscal	0,1%	175					0,1%	90

Os dados do quadro anterior retirados dos documentos oficiais elaborados pela troika FMI-BCE-CE e pelo governo mostram como estes “senhores”, sem ter qualquer cuidado em estudar as suas consequências sobre os portugueses, e sobre a economia e a sociedade portuguesa das decisões que tomam, mudam

de medidas e de estimativas em poucos dias, não dando importância que por, detrás dessas estimativas de números, estão pessoas, famílias e empresas que sofrem as consequências que são dramáticas..

Analisemos apenas os dados de 2012 referentes à proposta de OE-2012. que constam da última coluna à direita do quadro anterior.

Governo e troika pretendem reduzir a despesa pública em 7.460 milhões € em 2012. Deste total 1.800 milhões € referem-se à apropriação pelo governo do subsídio de férias e do Natal aos trabalhadores da Função Pública (todos os trabalhadores com remunerações superiores a 475€ sofrem cortes nos 2 subsídios); 340 milhões € resultam de congelamento das remunerações dos trabalhadores dos serviços públicos; e 500 milhões € resultam da redução de trabalhadores da Função Pública, o que soma 2.640 milhões € (o governo pretende reduzir 35,4% da despesa pública em 2012 à custa dos trabalhadores da Função Pública). Só o não pagamento daqueles dois subsídios representa para os 660.000 trabalhadores da Função Pública uma redução no seu rendimento anual, num único ano (2012), de 14%.

Os reformados e aposentados são duplamente penalizados. Em primeiro lugar, através da apropriação pelo governo também do subsídio de férias e de Natal. E em segundo lugar, através da redução da sua dedução específica de IRS que baixa de 6000 € para apenas 4.104 €, o que significa que 1.896 euros de rendimento de cada reformado e aposentado que, até ao fim de 2011, não pagava IRS passará a estar sujeito a este imposto. De acordo com as contas do governo e da “troika” o rendimento dos reformados e dos aposentados em 2012 sofrerá uma diminuição só devido a estas duas medidas – não recebimento do subsídio de férias e de Natal e redução da dedução específica - respectivamente, de 1.260,2 milhões € e de 115 milhões €, o que soma 1.321 milhões € (todos os reformados e aposentados com pensões superiores a 475€ sofrem cortes nos 2 subsídios). Também em 2012, a esmagadora maioria dos reformados e dos aposentados terão novamente as suas pensões congeladas o que determinará, segundo as contas do governo, uma perda de rendimentos para esta camada muito numerosa da população de 628 milhões €, o que somados aos 1.321 milhões €, dá 1949 milhões € (25,3% da redução total da despesa pública em 2012 é assim conseguida à custa dos rendimentos dos pensionistas).

O ataque às condições de vida dos portugueses não fica por aqui. Para além dos elevados cortes já feitos nas despesas com as funções sociais em 2011, e sentidas por milhares e milhares de portugueses, o governo pretende, em 2012, ainda reduzir mais a despesa do SNS em 1.000 milhões €; da educação em 224 milhões € (no entanto, na pág. 39 do Relatório do OE-2012 refere que o corte representará 0,4% do PIB o que corresponde a 676 milhões €); reduzir as prestações sociais (subsídio de desemprego e outras) em 178 milhões €; no investimento público o corte previsto é de 923 milhões €, o que contribuirá para o aumento de desemprego. Contrariamente ao que afirma o governo e os seus defensores na sua propaganda isto não é reduzir “gorduras do Estado” mas sim reduzir a prestação de serviços essenciais de cuidados de saúde e de educação, e os apoios à população.

Mas o ataque às difíceis condições de vida da população pelo governo e troika é feito também através de um aumento brutal de impostos. Assim, o governo pretende, em 2012, aumentar a receita do IVA em 2.044 milhões € (no Memorando de entendimento estavam previstos apenas 1.085 milhões €); no IRS mais 379 milhões € (redução das deduções de despesas de saúde e educação). No IRC; a redução prevista é de 379 milhões € (eliminação das taxas reduzidas e eliminação de alguns benefícios, no entanto, na off shore da Madeira os benefícios fiscais que continuam a ser concedidos, atingirão, em 2012, 1.186,9 milhões €, o mesmo que em 2011, inclui também algumas pequenas sobretaxas).

Segundo o próprio governo, a taxa de IRS criada pelo governo para os rendimentos mais elevados dará apenas 16 milhões €, e o aumento da taxa de mais valias de 20% para 21,5% dará um acréscimo de receita estimado em apenas 3 milhões €, já que a esmagadora maioria das mais-valias obtidas pelos grupos económicos continuam isentas. Os rendimentos de capital – juros, dividendos e mais –valias – continuam isentos. A fúria do governo e da troika é fundamentalmente contra os trabalhadores da Função Pública e pensionistas a nível de cortes directos nos rendimentos e, em relação a impostos, é direccionado quase exclusivamente a rendimentos de trabalho e de pensões. Os restantes rendimentos (de capital) são poupados.

O governo apesar de referir na pág. 42 do Relatório do OE-2012 que um dos vectores essenciais das medidas fiscais em 2012 é “o reforço significativo do combate à fraude e evasão fiscal”, no entanto a nível de resultados desse esforço “dá o dito por não dito”, pois estima que a receita a obter com esse “significativo esforço” será apenas 175 milhões € (85 milhões € a nível de impostos directos, e 90 milhões € de impostos indirectos), portanto muito menos que o obtido com governos anteriores.

É evidente que medidas desta natureza e com esta dimensão a nível de redução da despesa pública e de aumento de impostos têm efeitos fortemente contractionistas, o que lançará o país numa recessão mais profunda que a prevista pelo governo para 2012 (-2,8%), o que exigirá mais medidas e mais austeridade. Uma autentica “pescadinha de rabo na boca” á semelhança da enfrentada pelo povo grego. Mas isso abordaremos num outro estudo devido já à extensão deste.

Eugénio Rosa, Economista, edr2@netcabo.pt, 21.10.2011